

ANGOLA E O CASO DE CABINDA

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinama¹



Fonte: Association Cabindaise em Suisse (2019).

Este artigo se propõe analisar brevemente os desafios que o governo de Angola enfrenta sobre o caso “irresolúvel” de Cabinda, de modo específico com a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Trata-se de uma abordagem qualitativa baseada em bibliografia acadêmica e notícias de jornais acerca do tema. A não resolução efetiva do caso data do período pós-independência e se arrastou até os dias atuais acarretando recrudescimento de violações de direitos humanos e, além disso, tem pouco impacto tanto no país como na comunidade internacional.

Depois da independência de Portugal em 1975, Angola foi um dos países africanos que passou por longo período de guerra durante a década de 1990. Os conflitos tomaram proporções alarmantes e vários acordos de paz foram realizados para o fim definitivo aos conflitos. O acordo de Bicesse, em 1991, em Portugal, previa o fim do conflito civil e a implementação do sistema democrático resultando naquela que seria a primeira eleição

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais ‘San Tiago Dantas’ (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional, com pesquisa financiada pela CAPES. É membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS). E-mail: laurindopr@gmail.com.

desde a independência (AMNISTIA INTERNACIONAL, 1996; JOSÉ, 2008)². O fracasso das eleições de setembro de 1992, que sagrou o partido Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) acirrou os conflitos com alegações de fraudes eleitorais e a reivindicação dos resultados pelo partido União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). O governo eleito atacou a UNITA e a FNLA e o país voltou aos conflitos.

A segunda tentativa para o fim dos conflitos foi o estabelecimento do Protocolo de Lusaka em 1994. O protocolo foi uma tentativa sem sucesso de reconciliar o governo do MPLA e a UNITA, e os conflitos se arrastaram até fevereiro de 2002 com a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA. A disputa durou cerca de 27 anos, tendo como consequência mais de milhares de mortes, refugiados externos e internos. No dia 4 de abril de 2002, foi assinado o acordo de paz de Luena que pôs fim definitivo da guerra civil em Angola e permitiu ao país realizar uma transição e reconstrução da paz de forma pacífica.

A sombra deste contexto, o movimento independentista da província de Cabinda³, a FLEC, criado em 1963, foi marginalizado. A luta pela independência da região tem seus argumentos legais fundamentados no Tratado de Simulambuco assinado em 1885⁴, véspera da Conferência de Berlim, entre Portugal e as autoridades locais como sendo um protetorado português e separado de Angola (MABEKO-TALI, 2003; AMUNDSEN, 2021; BEMBE, 2010). Assim, segundo o tratado, ficou acordado que a região pertencia a Portugal e não havia nenhum acordo de concessão ao governo angolano no pós-independência; ou seja, Cabinda “era formalmente um protetorado português separado, porém, que nunca foi explicitamente entregue à nova República de Angola. Os movimentos de independência cabindenses consideram, portanto, ilegal a ocupação do território por Angola” (AMUNDSEN, 2021, p. 2). No entanto, o Cabinda seria considerado uma região autônoma de Angola e com bases jurídicas bem estabelecidas.

² Com o resultado, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II) com objetivo de supervisionar a implementação do acordo. Na sequência, em 1995 a UNAVEM III buscou superar a antecessora e posteriormente foi substituída pela Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) em 1997 (AMNISTIA INTERNACIONAL, 1996; JOSÉ, 2008).

³ A província está localizada no norte de Angola e faz fronteira com a República Democrática do Congo e a República do Congo.

⁴ Vale ressaltar que além de Cabinda, “a Constituição Portuguesa de 1826, reconfirmou em 1838, firmemente declarou que ‘Angola, Benguela e suas dependências Cabinda e Molembo’ pertenciam a Portugal” (MABEKO-TALI, 2003, p. 36).

A FLEC é resultado da junção do Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC) e do Comitê de Ação da União Nacional de Cabinda (CAUNC) e a Aliança Nacional Mayombe (ALLIAMA), fundados nos anos 1950 (MANGO, 2016; MABEKO-TALI, 2003). Conforme os autores, com o regime colonial dominando o país, as ações políticas e militares da FLEC tiveram pouco impacto e expressão colocando em segundo plano os interesses da mesma. No entanto, as ações político-militares ganharam força em 1974, quando os movimentos separatistas aproveitaram-se das lutas de libertação perpetradas pelos três principais partidos políticos⁵ do país.

Segundo Bembe (2010), em janeiro de 1975, a UNITA, MPLA e FNLA estabeleceram o acordo de Penina, que definiu as diretrizes da independência do país, e os três anexaram o território de Cabinda sem o consentimento dos líderes locais. Dessa forma, Portugal violou o Tratado de Simulambuco que assinou com Cabinda permitindo a anexação do mesmo à nova nação independente. No pós-independência, no processo político-administrativo do país, a tentativa de integrar a província como parte do território angolano começou a enfrentar os primeiros movimentos de resistência da FLEC, provocando conflitos de pequena escala ou de baixa intensidade e ocasionando guerra de guerrilha e exílio de alguns cabindenses à República Democrática do Congo (RDC) (FRANCISCO, 2013; BEMBE, 2010).

Uma das razões para a resistência do governo em ceder a independência a região reside no fato de ser rica em recursos naturais como petróleo, madeiras, pau-preto, ébano, café, cacau, borracha, manganês, fosfato, ferro, urânio, cobre, ouro, diamantes, potássio e pela floresta de Mayombe, umas maiores da África, além possuir um clima e terra favorável para o desenvolvimento da agricultura (JOSÉ, 2008; AMUNDSEN, 2021; BEMBE, 2010). Vale ressaltar que, as jazidas de petróleo de Cabinda despertaram interesses de multinacionais estadunidenses e assim a primeira empresa petrolífera, Cabinda Gulf Oil Company, foi estabelecida na província ainda no período colonial contribuindo diretamente para ascensão e fortalecimento da FLEC na região que também contou com apoio do antigo presidente da RDC Joseph Mobutu, que tinha interesse nesses recursos e instigou a secessão da província (FRANCISCO, 2012; FRANCISCO, 2013; AMUNDSEN, 2021). AMUNDSEN (2021) ressalta que, devido a sua localização

⁵ A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

fronteira com a RDC, a FLEC teve acesso garantido ao território congolês com aval do então presidente, o que permitia a sua organização para atacar o governo de Cabinda.

Segundo Amundsen (2021), o petróleo representa mais da metade das receitas do país, logo, fica claro que os interesses políticos e econômicos tornam Cabinda uma região estratégica por ser o coração da economia do país, porém o povo de Cabinda não vê os retornos da contribuição para a sociedade local. O autor observa que

As queixas econômicas estão, portanto, no centro do movimento de secessão, mesmo quando a história e a geografia estão na vanguarda do diálogo “oficial”. A indústria petrolífera oferece poucas oportunidades de emprego e nenhuma tentativa significativa foi feita para desenvolver a indústria secundária em Cabinda com base na extração de petróleo AMUNDSEN (2021, p. 2).

Assim sendo, a FLEC tem utilizado isso a seu favor e dificultado a instalação de novas empresas petrolíferas o que chamou a atenção do governo, acirrando as disputas políticas e econômicas entre as Forças Armadas de Cabinda (FAC) da FLEC e as Forças Armadas de Angola (FAA). De um lado, as FAC que levam a cabo as lutas pela independência de Cabinda, e de outro, os soldados das FAA têm procurado combater as empreitadas daquela. As FAC são um grupo guerrilheiro que recorre a armas pré-fabricadas para se defenderem dos ataques das FAA.

Não obstante as debilidades de acesso e compra de instrumentos militares, a luta dos separatistas data desde a década de 1970 e 1980. No campo diplomático, em 1980, ocorreram as primeiras negociações entre o governo de Angola e os separatistas. Os primeiros utilizaram o argumento de que a reconciliação nacional e diálogo seria suficiente para acalantar os ânimos, enquanto os demais pretendiam discutir a independência e o futuro do enclave (MABEKO-TALI, 2003). Mabeko-Tali acrescenta que algumas negociações foram realizadas em 1986 e 1989, porém as divergências entre os separatistas foram utilizadas como obstáculos nos avanços das mesmas, somado a isso a guerra civil no país ofuscou as discussões.

Em 2006, foi estabelecido um memorando de entendimento e se criou o Estatuto Especial para Cabinda. Este documento tinha como objetivo atribuir o *status* especial de cunho político-administrativo para Cabinda, porém, na prática os acordos não passaram de uma falácia do governo angolano e ademais, segundo Bembe (2010), a Constituição de 2010 não menciona em momento nenhum este estatuto.

No âmbito militar, com o fim da guerra civil em 2002 as discussões foram retomadas. O primeiro empecilho era de que “os separatistas de Cabinda (FLEC) não participaram nas negociações de paz nem subscreveram o acordo, pelo que, no enclave, prosseguiu uma guerra de pequena escala” (FRANCISCO, 2013, p. 116). Na visão de Mabeko-Tali (2003), o governo enviou cerca de 30 mil soldados para Cabinda e estabeleceu uma administração militar na província na tentativa de banir as forças locais. No que lhe concernem, as reações da FLEC foram de reivindicação e ataques às FAA, sequestros de estrangeiros das empresas petrolíferas na província. A FLEC voltou a agir e seu impacto ganhou notoriedade em 2010, durante o Campeonato Africano das Nações, com o ataque aos jogadores de futebol do Togo, que se hospedaram na província, chamando a atenção da comunidade internacional (AMUNDSEN, 2021). Desde então, o grupo tem resistido por protestos pacíficos e o governo, por sua vez, tem utilizado meios repressivos violando os direitos humanos.

Em meio aos conflitos entre as FAC e as FAA, o governo de Angola resiste em aceitar e negligencia a existência da FLEC. As ações das FAA são visíveis, como as perseguições a FLEC refugiados na RDC em 2019, as quais causaram a morte de dois membros, porém os atos foram negados pelo governo angolano, que rechaça as acusações (FLEC...2019).

Nesse contexto, em 2018, a FLEC apresentou ao chefe do Estado Maior General das FAA um roteiro de paz para Cabinda para acabar com as hostilidades entre as partes. Segundo a DW (2018) a proposta dos independentistas é a retirada das FAA do território cabindense como primeiro passo para a negociar a paz e o respeito aos direitos humanos. Há relatos de sequestro, detenção, ataques, mortes de inocentes e reivindicações de direitos humanos por parte da população de Cabinda sobre a atuação das forças governamentais, além de relato de perseguição política aos líderes da FLEC. No entanto, o governo não respondeu às propostas e argumentou que a situação é tranquila (MINISTRO..., 2019).

O governo angolano insiste em tratar com morosidade os confrontos e instabilidade nessa região. Compreende-se que uma das razões é a localização geográfica da província, ela porque é um enclave, ou seja, está afastada das demais províncias. Por outro lado, pouco se fala da situação de Cabinda ou se discute em nível nacional. Todavia, seus impactos são minimizados e marginalizados desde a independência quando o governo insiste em violar o tratado de Simulambuco assinado entre Portugal e os líderes locais.

Para os cabindenses, Portugal deveria se posicionar sobre o tratado. O principal motivo foi que Portugal não cumpriu o acordo, pois "as autoridades portuguesas, sem qualquer consulta aos cabindenses, deixaram de respeitar o tratado de Simulambuco, que lhes conferia um estatuto de protetorado português" (ANGOLA..., 2018, on-line) deixando margem ao governo pós-independência a interpretação de que Cabinda pertenceria ao novo Estado.

Assim sendo, estudiosos observam que além da FLEC existem outros movimentos separatistas de pouca expressividade que reivindicam o direito à independência. Dentre esses movimentos, Amundsen (2021) destaca que os mais antigos são a FLEC-Renovada e a FLEC/PM (Posição Militar). A primeira foi extinta em 2006 mediante um acordo com o governo, já a segunda tem resistido e se destaca pelas ações militares: imputa-se a ela, por exemplo, o ataque de 2010. Os mais recentes surgiram em 2018, o Movimento Independentista de Cabinda (MIC) e a União dos Cabindenses para a Independência (UCI) (AMUNDSEN, 2021). O autor observa ainda que esses têm atuado por intermédio de aparições públicas para reivindicar a independência, como, por exemplo, a manifestação realizada em 2019 quando o MIC celebrava o 132º aniversário da assinatura do tratado de Simulambuco, resultando na prisão de 63 ativistas.

Além disso, eventos recentes parecem mostrar a determinação da FLEC em seguir avante sobre o processo de independência, como argumenta Amundsen (2021, p. 4), que "no início de fevereiro de 2021 a FLEC-FAC a 'liderança político-militar' apelou ao presidente Joe Biden e à ONU para organizarem um referendo sobre "a livre e justa autodeterminação de Cabinda".

No entanto, apesar de ter alcançado a paz em 2002, Angola tem o desafio do caso de Cabinda. Pode-se perceber três fatores importantes: (1) a FLEC entende que Cabinda não é Angola e que aos olhos internacionais a região tem sido marginalizada e suas ações têm pouco impacto; (2) existe o legado de um processo de descolonização mal realizado, pois Portugal foi incapaz de cumprir o tratado estabelecido com os cabindense ainda durante a colonização, dando poder jurídico legal a reivindicação da população porque considerava o território como seu protetorado português e não parte de Angola; (3) o período de guerra que o país enfrentou abafou o caso e mesmo em tempos de paz a situação não ganhou importância no processo de democratização pós-conflito; (4) e por último, as ações repressivas perpetradas pelas forças do governo e violação de direitos humanos, bem como a resistência de negociação por parte do governo, têm preocupado as FLEC. Contudo, se de um lado pode-se falar em paz e estabilidade em Angola, do

outro nota-se que os benefícios da paz são superficiais para os cabindenses porque o país ainda se encontra dividido e o poder centralizado no Executivo em detrimento da falta de autonomia das províncias. O caso de Cabinda é um exemplo pujante dos limites do modelo de paz patrocinados pela Comunidade Internacional.

REFERÊNCIAS

AMNISTIA INTERNACIONAL. Angola a guerra acabou...e agora? Não há reconciliação sem responsabilidades. Out. 1996. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/164000/afr120061996pt.pdf>. Acesso em: 17 Apr. 2021.

AMUNDSEN, I. **Cabinda separatism**. 2021. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/7719-cabinda-separatism>. Acesso em: 11 Apr. 2021.

ANGOLA: Portugal chamado novamente a assumir responsabilidades no caso Cabinda. **Deutsche Welle**, 4 Jan. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-portugal-chamado-novamente-a-assumir-responsabilidades-no-caso-cabinda/a-42028694>. Acesso em: 18 Apr. 2021.

ASSOCIATION CABINDAISE EM SUISSE. Agência Lusa. 16 abr. 2019. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ministro-da-defesa-de-angola-diz-que-nada-se-passa-em-cabinda/a-48344967>. Acesso: 19 fev. 2021.

BEMBE, M. D. Análise do Processo de Paz no Enclave de Cabinda. **Cadernos de Estudos Africanos**, no. 20, p. 27–54, 2010. <https://doi.org/10.4000/cea.140>.

FLEC-FAC propõe a Angola roteiro para a paz no enclave de Cabinda. Angola. **Deutsche Welle**, abril, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/flec-fac-propõe-a-angola-roteiro-para-a-paz-no-enclave-de-cabinda/a-43563374>. Acesso em: 18 Apr. 2021.

FLEC Acusa Exército De Angola De Sequestro De Seis Pessoas Na Rdc. **Deutsche Welle**. 11 mar. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/flec-acusa-exército-de-angola-de-sequestro-de-seis-pessoas-na-rdc/a-47858120>. Acesso em: 17 Apr. 2021.

FRANCISCO, a. A. C. **A política externa de Angola durante a guerra**. 2013. 129 f. Universidade de Brasília Instituto, 2013.

FRANCISCO, M. J. A. **Academia militar angola paz total: processo de pacificação tratados e acordos e reintegração dos ex-militares**. Lisboa: [s. N.], 2012.

JOSÉ, J. Angola: independência, conflito e normalização. **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MABEKO-TALI, J.-M. Cabinda between “no peace” and ‘no war.’ **Justin Pearce**, p. 36–39, 2003. Disponível em: <http://archive.niza.nl/docs/200507071459444872.pdf>. Acesso em: 11 abr 2021.

MANGO, C. **As lutas de libertação e os processos de descolonização nos países africanos de língua oficial portuguesa (1955-1975)**. 2016. 65 f. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, 2016.

MINISTRO da Defesa de Angola diz que “nada se passa” em Cabinda. **Deutsche Welle**, 16 abril 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ministro-da-defesa-de-angola-diz-que-nada-se-passa-em-cabinda/a-48344967>. Acesso em: 18 Apr. 2021.